

# ORDEM DA LÍNGUA, ORDEM DO DISCURSO, PULSÕES E INTERDIÇÃO SOB O OLHAR DA ANÁLISE DO DISCURSO E DA PSICANÁLISE

Valmir Nunes Costa<sup>1</sup>

## Resumo

Propomos, no presente artigo, uma abordagem de questões discursivas, linguísticas e pulsionais, seguindo esta ordem, tomando como base dois autores: Possenti (2009) e Foucault (2007). Nosso olhar parte de duas teorias, a Análise do Discurso francesa e a Psicanálise. O foco é a discussão desses autores em torno dos termos *ordem da língua* e *ordem do discurso*, questões que são atravessadas por outras de igual importância, a exemplo das pulsões, da interdição e da cultura, questões também abordadas por nós neste texto.

**Palavras-chave:** Língua. Discurso. Pulsões

## Abstract

We propose, in this paper, an approach to essay questions, linguistic and instinctual, following this order, on the basis, two authors: Possenti (2009) and Foucault (2007). Our vision is based on two theories, the French discourse analysis and psychoanalysis. The focus is the discussion of these authors around the terms of language and order of discourse, issues that are crossed by others of equal importance, like the desires, interdiction and culture issues also addressed by us in this text.

**Keywords:** Language. Discourse. Desire

## ORDEM DA LÍNGUA E ORDEM DO DISCURSO EM RELAÇÃO

Possenti (2009) trata da relação da Análise do Discurso (AD) com a Linguística, afirmando a importância da ordem da língua. Por outro lado, Foucault trata da ordem do discurso, tocando apenas superficialmente na

---

<sup>1</sup> Prof. Doutor em Linguística (Análise do Discurso) e mestre também em Linguística (gêneros discursivos) pela UFAL, *campus* de Maceió. Professor adjunto na UESPI. Atualmente coordena o grupo de pesquisa NPAD (Núcleo de Pesquisa em Análise do Discurso), desenvolvendo pesquisa sobre discursos midiáticos e análise de textos literários da perspectiva da AD e da Psicanálise.

questão da ordem da língua. Este autor afirma se insinuar no discurso através da palavra<sup>2</sup>. O discurso para Foucault (2007), como para Possenti, não prescinde da palavra, não como a palavra (*parole*) de um mero falante, produtor/reprodutor de “falas”, mas como a de alguém que se proporia a participar de uma cadeia discursiva mesmo sem a pretensão de ser um fundador do discurso que se propusesse a pronunciar. O trecho “gostaria de perceber que no momento de falar, uma voz sem nome me precedia há muito tempo” (p. 5)<sup>3</sup> se refere à ânsia desse sujeito de ser insinuado no discurso, de não pretender ser o seu fundador. Ou seja, ele abre mão daquela crença de que é a fonte do seu discurso – em AD há um dizer de que o sujeito não é a fonte do seu dizer -. Ele cria aí uma imagem de um discurso que já vem de antes e que abre espaço para sujeitos potenciais para dar continuidade a essa cadeia discursiva. Se esse sujeito se infundisse nessa cadeia discursiva, ele não seria um começo desse discurso.

Sobre a ilusão de o sujeito ser a fonte do próprio dizer, isso se afirma por diversos teóricos, por exemplo, por Roos (2006), que diz:

a crença de que os filósofos são senhores do seu pensamento é apenas uma fábula. Trata-se, inclusive, de uma ilusão fatal, pois nos priva da possibilidade de adquirir a verdadeira consciência. (...) Quem acha que pensa de forma autônoma está tentando dirigir com o freio de mão puxado (p. 50-51).

E aquilo de que tratamos quando falamos em cadeia discursiva e em fundação de discurso é o modo de existência e aparição desse discurso, apesar de isso parecer flutuante, muito abstrato ao ponto de nos tornar incapazes de compreendê-lo, a questão é que isso fala em termos gerais. O que acontece é que esse modo de existência contínua é aplicável a toda e qualquer espécie de

---

<sup>2</sup> Palavra aqui tem um sentido mais abrangente do que o de unidade signica, até mesmo que de fala (*parole*).

<sup>3</sup> Aqui referimo-nos à obra *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 2007).

discurso. Não existe, nesse sentido, discurso fundador, que já não tenha base em discursos anteriores, que já não seja um ponto que se acrescenta a um discurso que venha de outras vozes e de outros lugares. É disso que o sujeito Foucault, aquele que se insinua na palavra, está falando. E ele seria, antes de tudo, “ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna” (p. 06), ou seja, o sujeito concorre, com seu discurso, nessa cadeia, apenas com o que ele chama aqui de “um ponto”, “uma estreita lacuna” de seu desaparecimento possível. Possenti (2009), que analisou os discursos teóricos de alguns analistas do discurso, mostrou aí uma incompatibilidade entre os conceitos de linguística e discurso, dizendo que, apesar de esses teóricos desprezarem a linguística, acabam sendo linguistas. No caso de Foucault, ele não fala do lugar do linguista, mas fala do lugar do analista do discurso, não como pertencente a uma escola, a escola francesa de Análise do Discurso, por exemplo. Melhor dizendo, ele fala aqui do lugar do filósofo. Foucault não pretende teorizar sobre essa relação entre discurso e linguagem, por isso ele não diz que a linguagem não tenha importância, ele não comete esse erro, mas ele, pretendendo falar da ordem do discurso, acaba falando mais de língua, ou de materialidade linguística do que propriamente dos discursos. Aí está a questão, a qual percebemos já desde o início da leitura do texto de Foucault.

Gostaria de ter atrás de mim (tendo tomado a palavra há muito tempo, duplicando de antemão tudo o que vou dizer) uma voz que dissesse: É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse (FOUCAULT, 2007, p. 06).

Foucault, como sujeito de um discurso, e um sujeito que não pretende ser um fundador, anuncia esse outro eu, essa alteridade, que quer passar a palavra, e que diz que não pode continuar. Continuar um discurso sem a voz do outro seria petrificá-lo. É por isso que a voz do outro para Foucault é importante, nesse sentido de que ela vem passar a responsabilidade para outros sujeitos enunciadore. É preciso continuar, mas a partir de outras vozes que deem aos discursos dinâmica e continuidade nessa cadeia. Tais reflexões, a nosso ver, são acertadas. Muitos sujeitos gostariam de não começar – e não começam, de fato –, mas nos perguntamos por que não enfrentar o discurso, não assumir o lugar de sujeito enunciador / produtor (reprodutor?). Perguntamo-nos outrossim por que não se posicionar diante dos discursos que estão aí reclamando por continuidade. E também o porquê de ficar de fora. “A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância (FOUCAULT, op. cit., p. 07)”. As pessoas, a exemplo de Foucault – interpeladas em sujeito – não querem se envolver. A organização, instância capaz de institucionalizar os discursos, neste sentido seria uma fórmula capaz de enquadrar esses discursos e de positivá-los, com o intuito de petrificar esses sentidos, enrijecer os discursos de tal forma que eles deixem de ser vistos como fazendo parte de uma cadeia para se tornar fundadores. O sujeito que fala a partir da instituição é autorizado a falar como se seu discurso fosse fundador, ou pelo menos como alguém que retoma discursos fundadores. Geralmente o discurso institucional não tem base na realidade. Ele é mais ideológico, no sentido de que assujeita as pessoas a acreditar que tudo é do modo como se diz.

Foucault continua sua fala dizendo: “o desejo diz: ‘eu não queria ter de entrar na ordem arriscada do discurso (...) (p. 07)”. Observamos aqui que *o*

*desejo diz*, não o sujeito. Foucault, inclusive, põe o que “o desejo diz” entre aspas, estabelecendo uma certa distância entre ele e o seu desejo. Quando a instituição “fala”, ela quer que os discursos sejam fundantes, e que os indivíduos não precisem se preocupar em participar da cadeia discursiva porque eles seriam amparados, autorizados pela instituição. O discurso, para esse tipo de sujeito, inscrito numa instituição, não pode ser acontecimento, mas deixa de sê-lo visto que o indivíduo-sujeito não acrescenta nada a essa cadeia discursiva. Ele apenas reproduz seus discursos. E o que o sujeito anseia é por não se inscrever em cadeias de discursos (FOUCAULT, 2007). Porque uma cadeia discursiva é arriscada. O sujeito teria de se haver com aquilo que há de categórico e decisivo, o que é característica chave dos discursos institucionais. Os sentidos nas instituições já “estão todos prontos” a serem reproduzidos.

Todo discurso fica num trânsito frenético entre a palavra e os sentidos, denunciando claramente essa relação entre a língua e os discursos. Um não prescinde do outro, e, nesse sentido, corrobora-se o que Possenti (2009) falou dessa relação. Foucault, no entanto, não nega a aludida relação, mas sequer fala sobre ela, ele simplesmente adentra o estudo dos discursos lançando mão da língua, das palavras, como ele diz, o que não poderia ser diferente. Esse sujeito ansia, a um tempo, por duas coisas: se inscrever nas palavras “enquanto as há” e não se inscrever nas palavras, enquanto elas não forem mais ferramenta de inserção nos discursos capazes de interferir, de provocar o acontecimento ou a denúncia de um sujeito na história; não um sujeito pessoa, mas um sujeito apreendido nos sentidos que ele produz em seus discursos. Indaga Foucault (2007, p. 08): “mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” Então lança a pergunta sobre se há algum perigo

em lançar discursos, em se fazer sujeito, e, se havendo, lança a pergunta a respeito do *locus* desse perigo.

Já falamos com Possenti (2009) que existe realmente um perigo de os discursos deturparem a realidade, e que, fazendo isso, atinjam esses sujeitos. O que diz **eu** no discurso não quer jamais entrar em contradição, apesar de isso ser inevitável. Os sentidos, para serem apreendidos, têm que ser autorizados pelos discursos, e quando isso não acontece, o sujeito pode ser taxado de psicótico, de louco. Ver um “louco” falando, sozinho ou com alguém, é revelador: o discurso do louco não estaria inscrito em nenhuma cadeia discursiva, não seria, portanto, um discurso da ordem do discurso. Mas, voltemos à pergunta sobre o que há de perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente. Há outra chance de os discursos serem perigosos, além desse sentido de deturparem a realidade, de esses discursos serem, por institucionalizados, ideológicos no sentido marxista do termo, ou escamoteadores da realidade. Perguntamo-nos se o sujeito precisa se preocupar com um discurso ideológico, se o seu discurso é ou não institucionalizado, institucional, ou se ele é parte de uma cadeia discursiva maior, ou se faz parte de um discurso “fundador”, ou institucional. Foucault (2007, p. 08-09) reflete:

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Com tal reflexão, toca num ponto nodal do problema discursivo. Foucault supõe que em toda sociedade o problema do discurso é que ele é ao mesmo tempo controlado, selecionado, organizado e redistribuído, e sobre o qual é realizado um trabalho geralmente institucional, senão numa instituição

constituída juridicamente, pelo menos numa instituição social, no sentido de convenção, explícita ou tácita, conjunto do que possibilitou a própria cultura (artística, jurídica, política...). Na prática, não pode principalmente ser dito, ser proferido numa sociedade. O discurso mais ideológico, por exemplo, passa por essas etapas (do controle, seleção, organização...) por conta de seus possíveis efeitos.

### **A interdição no fio do discurso**

Sempre que nós sujeitos<sup>4</sup> produzimos discursos, fazemos seleção dos conteúdos, das palavras, e dos assuntos de que trataremos. Geralmente esses itens são cuidadosamente organizados, são saneados para não trazerem ideias que possam produzir efeitos contraditórios, e, mesmo assim, isso não é garantido. O exterior do discurso vai controlá-lo, pode controlar o seu aparecimento. Cada sujeito pode proferir um mesmo discurso de forma diferente, e isso é o mais provável. Cada um deles, no entanto, manobra-o de conformidade com os seus interesses, e daí põe em funcionamento a língua de

---

<sup>4</sup> Aqui consideramos o sujeito em sua “situação concreta de enunciador” – para usar um termo pècheutiano (PÊCHEUX e FUCHS, 1975). Geralmente, a AD apreende o sujeito em seus discursos, não podendo este se confundir com o indivíduo, que é interrogado pela ideologia para constituir sujeito de discursos específicos. O sujeito enunciador, concreto, também deixa, nos discursos, suas marcas, mesmo que estas sejam um efeito, o do discurso intersubjetivo, não identificável com nenhum sujeito em específico, por exemplo. Vale citar aqui Pêcheux e Fuchs (1975, p. 137, *apud* POSSENTI, 2002) que dizem: “Ce qui manquant et ce qui manque encore en partie, c’est une théorie non subjective de la constitution du sujet dans sa situation concrète d’enonciateur”. Noutro lugar, Pêcheux reconhece a problemática que é a concepção do sujeito da AD, como aparece no trecho a seguir: “a questão crucial que a AD encontra é aquela do estatuto do sujeito enunciador, na fala e na escrita, na escuta e na leitura: na medida em que ela se posiciona entre as disciplinas de interpretação, submetendo absolutamente à crítica a existência de um metadiscorso do sentido sob os discursos, a AD não pode satisfazer-se com a concepção do sujeito epistêmico, “mestre de sua morada” e estrategista nos seus atos (salvo, nas coerções biossociológicas); ela supõe a divisão do sujeito como marca de sua inscrição no campo do simbólico”.

A concepção de sujeito apreendido na linguagem aproxima-se daquela de Vygotsky (2001), que, em sua teoria social de desenvolvimento humano, compreende o sujeito como constituído e construído nas relações sociais, via linguagem.

forma diferente, usando vocabulário diferente, estruturas morfossintáticas diferentes, abordando alguns conteúdos mais, outros menos, elegendo certo material, descartando outros, excluindo alguns em detrimento de outros etc. Essas são formas de controle dos discursos inscritas na sua materialidade. É essa forma que fará o sujeito se inscrever no próprio discurso, possibilitando efeitos de sentido específicos.

Foucault (op. cit.) enumera três tipos de interdição:

(...) tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (p. 09).

Eles são expedientes culturais de embate, ou seja, nem tudo pode ser dito. Todos nós temos energias psíquicas que mobilizam nossos desejos. Para que uma sociedade seja possível; para que uma civilização seja possível, é necessário interditar o desejo para a construção da cultura. Sendo assim, entra, no bojo do pacote cultural, toda espécie de interdição, que vai desde o tabu até o direito privilegiado. Nós teríamos, por exemplo, desejos agressivos contra indivíduos que ocupam posições de privilégio em nossa sociedade, mas cuja externalização desses desejos “não é exequível”. No âmbito dos instintos sexuais, por exemplo, não poderíamos falar nem fazer de tudo, ao menos em qualquer lugar e a qualquer momento. Essa questão evoca o porquê dessa interdição, o que talvez nunca teríamos parado para pensar. Não podemos agredir nossos desafetos nem xingar uma divindade. Estamos aí no campo da teologia, mas esta também é uma formação discursiva, um ponto da cultura, e principalmente, que é marcada por interditar. A interdição tem, portanto, relação direta com a cultura. Se não tivéssemos cultura, seríamos meros animais, instância em que “tudo” seria possível, no sentido de que não



teríamos uma ordem, nem de língua, nem de discurso, e, conseqüentemente, nenhum de seus produtos (ou a própria civilização). Apesar de serem muitas as coisas de que poderíamos falar quanto a essa relação entre discurso e interdição, limitamo-nos, como Foucault, à ordem do discurso, e mesmo aí o assunto não se esgota.

Se rimos, nosso próprio riso pode denunciar uma espécie de interdição, então vale indagar o porquê do riso, e o porquê de acharmos absurdo, por exemplo, decidirmos ir à padaria mais próxima da nossa casa desnudos. Isso seria “feio”, imoral. Vejamos: absurdo, feio, imoral, todos eles são rótulos, são palavras que “o discurso” usa para marcar as interdições.

Todas essas são questões discursivas, ou mais propriamente, o efeito delas. A cultura é o efeito dos discursos. O que está o tempo inteiro criando e recriando a cultura são os discursos e sua implicação com a língua. Faz-se também necessário dizer que é o uso da língua, da linguagem – falando mais propriamente – que cria a cultura. A linguagem é quem melhor representa a cultura. Criada a cultura, o que temos é o efeito da mobilidade da língua e do discurso numa sociedade. Por outro lado, depois de nos inserirmos mais fortemente na cultura, nós investiríamos todas as cartas do jogo da nossa vida nessa cultura no sentido de nos adequar mais, à medida que se pode mais, e competiríamos com os outros sujeitos numa forma possivelmente desigual. Tudo isso denuncia uma supervalorização da cultura em detrimento da observância da própria natureza, do nosso caráter mais natural. Então os discursos são esse jogo com que os sujeitos se inscrevem nessa tentativa de “sutura natureza / cultura” (DOSSE, 2007).

Temos aí o jogo de três tipos de interdição que se cruzam, se reforçam ou se compensam formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam são as regiões da sexualidade e

da política, como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarmaria e a política se pacificaria, fosse um dos lugares onde elas exercem de modo privilegiado alguns de seus mais temíveis poderes.

Não é fácil falar de sexualidade<sup>5</sup>. Dizer que não fomos educados para isso implica dizer que seria necessário que alguém nos educasse<sup>6</sup>. Nós não teríamos responsabilidade pela nossa própria educação. O que fazemos é seguir a dos outros. A ideia da cultura é exatamente recalcar a questão das relações (sexuais) para o inconsciente, pois, se o indivíduo puder dar vazão ao seu desejo, perguntamo-nos o que poderia acontecer<sup>7</sup>. Os interesses do ser humano enquanto animal não se conciliam com os interesses do ser humano enquanto ser cultural; eles se chocam. É por isso que é um ponto jamais resolvido na cultura. Trata-se de uma energia que “tem o tempo inteiro que estar sendo controlada”, manipulada pela cultura para que não dê vazão aos instintos animais.

A Psicanálise é uma disciplina que trata exatamente da interdição, do desejo e do fluxo dessa energia, e o que acontece é que os psicanalistas veem exatamente de forma diferente da maioria das pessoas a questão da sexualidade, ou seja, se para a maioria de nós tal questão é um tabu, um tabu fora das quatro paredes, para o profissional da psicanálise, ela jamais pode ser tabu, pois trata do real da relação, apesar de só acontecer de forma velada para não ser mais recalçada ainda pela cultura. E assim, no real das relações, configura um ponto em que os discursos se desestabilizam. Basta ver pessoas

---

<sup>5</sup> O objeto incessante do desejo, noção que ocupa o centro da teoria lacaniana (DOSSE, 2007, p. 140).

<sup>6</sup> Entra na concorrência dessa educação o Outro imaginário, assim como o outro simbólico (DOSSE, 2007, p. 154), atestando que a relação sexual vai além de uma atração física, constituindo no sujeito um efeito de sentido do simbólico, ou um trabalho simbólico.

<sup>7</sup> É guiado por essa problemática que a leitura de Freud por intelectuais como Lacan e Lévi-Strauss leva a noções como desejo, pulsão, instinto e necessidade (DOSSE, 2007, p. 151).

incoerentes – e nos indagamos se há pessoas coerentes! -, que falam sempre do que deveria ser, que são moralistas, pessoas que, para a sociedade, têm um conjunto de valores bons, seja lá o que isso possa significar, mas na vida mais estritamente privada, ou familiar, elas não são pessoas cultas, no sentido de aculturadas. Esse tipo de incoerência vê-se o tempo inteiro. Ela é fonte das neuroses, e todos nós somos neuróticos em certo grau. Só que existe o nível de neurose a partir do qual se pode considerar patológico. Na neurose, os discursos do sujeito são tensos, marcados pela falta de conciliação entre civilização e a natureza instintiva do ser humano.

A cultura não consegue vencer a natureza instintiva e animal do homem, mas o que acontece na civilização é que o ser humano está, com toda essa sua parte instintiva, galgada para o inconsciente. E o inconsciente é o lugar mesmo de estruturação de todo esse material que foi interdito. E tendo sido interdito, ele pode vir à tona novamente nos discursos, visto que não perdeu sua existência. É por isso que os discursos são equívocos, e que o sujeito não tem controle daquilo que diz, embora tenha essa ilusão – é nesse sentido que Foucault diz que não deseja se inscrever na cadeia discursiva -, porque boa parte do que ele é está no inconsciente.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (p. 09-10).

Então, duas funções do ser humano são o desejo e o poder. A Psicanálise diz, segundo o que lemos no trecho citado, que o discurso é um objeto de busca, de consecução dos desejos, mas não só. Ele é em si objeto de desejo – o discurso é também objeto de desejo, vale destacar -, e não há sujeito sem o discurso. Pode haver o indivíduo sem discurso, mas não o sujeito.

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – (...) não é simplesmente aquilo que traduz as lutas com sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta; poder do qual nos queremos apoderar (p. 10).

Segundo este trecho, o poder se inscreve nos discursos; sendo assim, ele – o discurso - é uma espécie de fórmula vazia, no sentido de não ter objetos, mas que controla os objetos. Ele não tem o real, mas ele propõe contornar o real. É por isso que é poder. Quando ele contorna o real, quando ele é ilusão no sentido de ser fórmula vazia, mas insinua o contrário, ele consegue subjugar os outros sujeitos. O poder nada mais é do que a relação do sujeito com os outros sujeitos. Só que esse sujeito que ocupa o lugar do poder delimita o lugar dos outros sujeitos; em outras palavras, ele manda, mas ele é fórmula vazia enquanto nele em si não se encontram os objetos do mundo que aborda, que ele “conquista”.

Existe uma relação entre a interdição e a produção dos discursos, e essa relação se torna direta na medida em que, quanto menos interdição, mais o sujeito se torna produtivo no sentido discursivo. Se pensarmos numa pessoa religiosa ascética, ortodoxa, enquanto sujeito produtor de discursos, ela vai ser tímida no sentido de o discurso dela ser sempre circular e preso demais a uma formação discursiva, mas à medida que esse sujeito vai-se liberando de suas amarras, ou das injunções institucionais dos discursos que produz, de suas crenças e valores limitadores, mais os discursos desse sujeito vão ganhando

espaços e espessura. É nesse sentido que falamos que pode existir uma relação direta entre a produtividade do sujeito discursivo mais livre de interdições e o sujeito mais interpelado pelas instituições. Perguntamo-nos o que faríamos se pudéssemos ser tudo o que quiséssemos ser, sem interdição alguma. Se escolheríamos ser éticos ou ajustados, ou ainda seguidores do “bem”, conforme nossa religião. Uma resposta provável é que possivelmente não. Dá para ver a partir daí que nós estamos inscritos numa cultura que tem uma ordem própria e nós a obedecemos sob pena de represália. Estaríamos aqui no terreno da impossibilidade.

Se o sujeito mesmo assim corresse atrás dessa tal liberdade, e a conseguisse, embora sabendo que para ele não haveria problema algum em dar vazão ao seu desejo, conforme seus instintos, ele ainda assim saberia que, para os outros, esse seria sim um problema, e esse sujeito teria problemas, e isso o barraria, o interditaria. Ele se adequaria, enquanto a sociedade estivesse defronte dele, mas ele viveria essa liberdade nas brechas da sociedade. Esse é o conceito do psicopata, aquele sem interdições, que não internalizou a lei, e, não tendo interdições, se torna perigoso à medida que fala com autoridade, como quem fala sempre com outros seres humanos inferiores a ele. E sem sinal de que ele não tem interdição, ele aproveita toda oportunidade ou brecha para cometer seus crimes. Nos discursos de uma pessoa dessas poderíamos ver um discurso-fórmula cheio de vazios. O sujeito atende à medida que é fachada. Tudo pode estar bem a partir do que ele fala, mas não a partir do que ele vive interiormente, a partir do que ele apreende do real, a partir de como ele vê o mundo.

A psicanálise procura compreender os sujeitos a partir de seus discursos, e procura desnudar o desejo porque é ele quem motiva os indivíduos. A título de exemplo, em *A vida como ela é*, de Nelson Rodrigues (1992), podemos ver o funcionamento do desejo, como também o choque

entre o real das relações e o real da cultura: as pessoas o tempo inteiro, por um lado se ajustando, por outro, cometendo “infrações”, geralmente na área sexual. Isso denuncia uma espécie de cultura abalada pelas sombras do inconsciente, ou pelas sombras dos instintos e desejos interditados.

## CONCLUSÃO

A língua, lugar de materialidade dos discursos, por este mesmo motivo, é lugar de denúncia das pulsões. Tendo sua ordem própria, estrutura os discursos, que, por sua vez, estruturam as pulsões. Foucault, como também Possenti, reconhecem-no. Discurso e língua deixam de ser fórmulas vazias a partir de quando inscrevem o outro no mesmo, e seu conteúdo, transmutado de desejo em objetos de cultura, povoam o imaginário do sujeito, constituindo suas formações: a discursiva, a ideológica e a inconsciente.

## Referências

- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Vol. I: O campo do signo – 1945/1966. Bauru: Edusc, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 15ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- PIOVEZANI, Carlos & SARGENTINI, Vanice (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux*. Inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.
- POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- RODRIGUES, Nelson. *A vida como ela é...* O homem fiel e outros contos. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

ROOS, Theo. *Vitaminas filosóficas*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2006.

SOUSA, S. A. *Discurso, autor e sujeito dentro da obra A ordem do discurso de Michel Foucault: uma análise metadiscursiva*. In:

<http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/Simone-Aparecida-de-Sousa.pdf>, acessado em 27/07/2015.

VYGOTSKY, L.V. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.